

HABEAS CORPUS Nº 537.602 - RJ (2019/0298926-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ANDRE LUIZ FERNANDES COELHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, sem pedido liminar, impetrado em favor de ANDRE LUIZ FERNANDES COELHO contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, nos autos do agravo em execução n. 0073305-24.2014.8.19.0001.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeira instância, à pena de **7 (sete) meses de detenção**, como incurso nas iras dos arts. 129, § 9º; e 129, § 9º, c/c art. 14, II, (duas vezes) todos do Código Penal (fls. 27-28).

Irresignada, a defesa interpôs **apelação** perante o Tribunal de Justiça fluminense, que, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, de modo a diminuir a sanção para **4 (quatro) meses de detenção**, nos termos do voto acostado às fls. 39-52).

Posteriormente, o Juízo de Direito da Vara de Execuções penais **declarou prescrita a pretensão da pretensão executória** (fls. 22-24).

Inconformada, a acusação interpôs **agravo em execução** perante o eg. Tribunal de origem, que, por unanimidade, deu provimento ao recurso, a fim de **afastar a prescrição**, consoante voto condutor do v. acórdão de fls. 77-83.

Daí o presente **writ**, no qual a defesa alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, pois o termo inicial da pretensão executória é o trânsito em julgado para a acusação, conforme a dicção do art. 112, I, do Código Penal.

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão recorrido e restabelecida a decisão piso que reconheceu a prescrição.

Não houve pedido de liminar.

Informações prestadas às fls. 93-98 e 103-111.

O Ministério Público Federal, às fls. 113-119, manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:

“HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL DO PRAZO. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA AMBAS AS PARTES. ART. 112, I, DO CÓDIGO PENAL. NORMA ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MODALIDADE DE PRESCRIÇÃO RELACIONADA À POSSIBILIDADE DE EXECUTAR A SANÇÃO PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE CONCEDEU SURSIS AO PACIENTE. IMPOSSIBILIDADE DE SUA EXECUÇÃO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA AMBAS AS PARTES. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE TRANSCURSO DO LAPSO PRESCRICIONAL. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.”
(fl. 113).

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Conforme relatado, busca-se na presente impetração o reconhecimento da prescrição da pretensão executória, ao fundamento de ser o

trânsito em julgado para a acusação o termo inicial.

Transcrevo, a fim de delimitar a **quaestio**, os seguintes trechos do v. acórdão impugnado:

“Este Órgão Colegiado adotou o recente posicionamento do Egrégio Supremo Tribunal Federal no sentido de que o prazo da prescrição da pretensão executória deve ser contado a partir do trânsito em julgado da Sentença condenatória para ambas as partes, confira-se:

[...]

No caso em tela não há sequer inércia estatal, uma vez que ao agravado foi concedido o benefício do SURSIS, cujo início só é possível após o trânsito em julgado da Sentença para ambas as partes, que somente se deu em 2017 (indexador 16), logo, não está ultimado o prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso VI do Código Penal.

Portanto, data vênia do entendimento da Magistrada a quo, a decisão objurgada deve ser desconstituída, determinando-se a imediata execução da reprimenda imposta” (fls. 79-82).

Com efeito, “o art. 112, inciso I, do Código Penal deve ser interpretado de maneira literal, de forma que o termo inicial para o cálculo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da condenação para a acusação. O referido entendimento tem sido reafirmado de forma iterativa nesta Corte Superior tanto antes quanto após o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n.º 126.292/SP.”(EDcl no AgRg no REsp n. 1710939/PB, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Laurita Vaz**, DJe 18/12/2018).

A propósito:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. TRÂNSITO EM JULGADO RETROATIVO. EARESP 386.266/SP. INAPLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TERCEIRA SEÇÃO.

MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

[...]

2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EAREsp 386.266/SP, concluiu que A decisão que inadmite o recurso especial ou extraordinário possui natureza jurídica eminentemente declaratória, tendo em vista que apenas pronuncia algo que já ocorreu anteriormente e não naquele momento momento motivo pelo qual opera efeitos ex tunc, de modo que o trânsito em julgado retroagirá à data de escoamento do prazo para a interposição de recurso admissível.

3. Tal entendimento não é aplicável aos casos de reconhecimento da prescrição executória, mas apenas à hipótese de prescrição punitiva estatal, cujo juízo negativo de admissibilidade do recurso especial implica o trânsito em julgado retroativo.

4. **Consonante iterativa jurisprudência desta Corte Superior, De acordo com a literalidade do artigo 112, inciso I, do Código Penal, o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação** (AgRg no RCD na PET no HC 449.842/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 10/10/2018).

5. No julgamento do EResp 1.619.087/SC, adotou-se a orientação quanto à impossibilidade de execução provisória das penas restritivas de direitos, sendo indispensável, em tais casos, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal, entendimento reafirmado pela Terceira Seção desta Corte com o julgamento, em 24/10/2018, do HC 435.092/SP.

6. **Indeferido o pleito do Ministério Público para a execução provisória das penas alternativas, impõe-se de fato o reconhecimento da prescrição executória.**

[...]

9. Embargos de declaração rejeitados” (EDcl nos EDcl no AgRg nos EAREsp n. 571.532/PR, Terceira Seção, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 13/03/2019, grifei).

“AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO A QUO. ART. 112, I, DO CP. LAPSO ALCANÇADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não se desconhece a recente decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o início da

contagem do prazo de prescrição somente se dá quando a pretensão executória pode ser exercida. Conforme aludido entendimento, se o Estado não pode executar a pena, não se pode dizer que o prazo prescricional já está correndo (RE 696.533/SC, Rel. Min. Roberto Barroso, julgamento em 6/2/2018 - Informativo 890/STF).

2. No entanto, por se tratar de decisão de órgão fracionário da Corte Suprema, em controle difuso, há de ser mantido o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o prazo prescricional da pretensão executória é contado do dia em que transitou em julgado a sentença condenatória para a acusação, nos moldes do art. 112, I, do Código Penal.

[...]

4. Agravo interno desprovido” (AgInt no AgRg no REsp n. 1.583.029/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe 01/06/2018, grifei).

Ante o exposto, não conheço do **habeas corpus**.

Contudo, concedo a ordem de ofício, a fim de, tão somente, **reconhecer a prescrição da pretensão executória**, nos termos da decisão de primeiro grau.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)

Relator